



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0288754-3

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Fernando Octávio da Rosa Borges de Oliveira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. DESPACHO INICIAL EXARADO EM FERIADO FORENSE. DESPACHO NULO. ART. 173 DO CPC. PRESCRIÇÃO. DESÍDIA ATRIBUÍDA À FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Registrou-se que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Na hipótese dos autos, verificou-se que, apesar de distribuído em 26.12.2006, a Fazenda Municipal enviou o processo físico à Vara competente apenas em 20.08.2009, fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase três anos. 3. No ponto, observou-se, por relevante, que o despacho ordinatório da citação foi exarado virtualmente em 26.12.2006, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005. No entanto, tal despacho padece de nulidade, posto que exarado em dia de feriado forense (art. 173 do CPC). 4. Deveras, a Fazenda exequente detinha, por convênio, a faculdade de lançar, de modo virtual, mediante aposição da assinatura digitalizada do Juízo competente, o despacho inicial determinando a citação. 5. Mas não podia lançar mão da assinatura digitalizada do Juízo em dia no qual não havia expediente forense (ocasião em que também não poderia fazê-lo o próprio magistrado). 6. Logo, se o próprio magistrado não poderia atuar no dia 26.12.2006, muito menos poderia fazê-lo a Fazenda exequente, como se o convênio tivesse o condão de derrogar as normas processuais civis de regência específica, para o fim de permitir à prática de atos processuais em dia de feriado forense. 7. Na hipótese, portanto, não se teve despacho inicial válido que pudesse interromper o fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005. 8. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor. Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ, *na prática*, levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*. 9. No caso, a Fazenda Municipal foi responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 20.08.2009, o que ensejou a paralisação da execução por quase três anos. 10. Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, reconheceu-se a prescrição dos créditos em tela. 11. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0288754-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 15 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288754-3

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Fernando Octávio da Rosa Borges de Oliveira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta pelo Município do Recife contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital, que, nos autos da Execução Fiscal nº 001.2006.053134-8, decretou a prescrição do crédito tributário relativo à IPTU e Taxas Imobiliárias.

Em retrospecto, observo que, após a distribuição virtual do feito em 26.12.2006, foi determinada a citação do executado em despacho (na forma virtual) proferido às fls. 02 dos autos, em 26.12.2006.

Na sequência, o executado interpôs exceção de pré-executividade na qual requereu a declaração da prescrição dos créditos tributários *"presentes na Certidão de Dívida Ativa ora executada, considerando o decurso de mais de 5 (cinco) anos desde a constituição do título e da distribuição da execução sem a existência de despacho inicial que determinasse a citação do executado"*.

Instada a falar sobre a exceção de pré-executividade (despacho às fls. 14), a Fazenda exequente, em petição protocolada em 06.03.2012, juntada às fls. 15/20, argumentou, que: (i) a execução fiscal foi proposta dentro do quinquênio legal, não havendo que se falar em prescrição; (ii) *"apesar de ter sido exarado o despacho inicial, sequer foi expedido o mandado citatório por oficial de justiça"*; (iii) a demora na citação do executado ocorreu por motivos inerentes à Justiça (Súmula 106, do STJ).

Em certidão às fls. 21, a Secretaria da Vara informou que os autos do processo foram recebidos fisicamente na 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais em 20.08.2009.

Ato contínuo, no dia 14.08.2012, o magistrado *a quo* extinguiu o feito nos seguintes termos:

Pelo exposto, considerando que o despacho de recebimento da petição inicial e determinação da citação da parte executada foi gerado por um "programa aplicativo", com chancela eletrônica, em dia declarado FERIADO (RECESSO FORENSE), em desacordo com o disposto nos artigos 173 c/c 175, não havendo incidência do disposto no § 2º do art. 154, todos do Código de Processo Civil, DECLARO NULO o aludido despacho, inserido nos autos por meio eletrônico, nos termos do art. 245 e seus parágrafo único do CPC, e por via de consequência, ACOLHO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE suscitada pelo devedor (fls. 05/10), e à luz do art. 174 do Código Tributário Nacional, c/c o art. 156, inciso V, do CTN, DECLARO A EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS representado pela CDA de fls. 03, pela ocorrência da



56n



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRESCRIÇÃO e, por via de consequência, **DECRETO** a extinção do presente processo de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Pela sucumbência, condeno o Município do Recife Exeqüente no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$1.000,00 (um mil reais), considerando que a causa não envolveu grande complexidade, nos termos do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil

Aguarde-se o prazo de interposição do recurso voluntário. Em seguida, sendo o débito tributário atualizado superior a 60 (sessenta) salários mínimos, subam os autos para reexame obrigatório (art. 475, §2º, do CPC).

A Fazenda exeqüente interpôs embargos de declaração (fls. 28/30) objetivando sanar obscuridade e contradição *“entre a fundamentação e o dispositivo da sentença embargada”* (22/26), sendo os mesmos julgados improcedentes.

Na seqüência, a Fazenda exeqüente interpôs recurso de apelação (fls. 33/38), arguindo, em suma, que: (i) *“o despacho citatório data de 26 de dezembro de 2006 e a Lei 11.419/06 somente entrou em vigor NOVENTA DIAS após sua publicação (art. 22), razão pela qual a nenhum título pretendeu a Fazenda retrotrair os efeitos da legislação que dispõe sobre processo eletrônico, máxime porquanto os presentes autos cuidam, à evidência, de processo físico”*; (ii) *“nada há no aludido Convênio de Cooperação Técnica que desautorize a distribuição ou propositura de demanda executiva em dia declarado feriado forense”*; (iii) *“o simples cotejo do quanto disposto nos artigos 174, I, do CTN e 219, caput, do CPC – e adotada a técnica do diálogo das fontes, tão prestigiada pelo STJ – leva à conclusão de que, havendo ordem judicial (ainda que emitida por autoridade desprovida momentaneamente de competência (...)), ainda assim haveria a interrupção de prescrição (CTN, art. 174, p.u., I), razão pela qual não há ensejo para a pronúncia da praescription”*.

O executado, em contra-razões às fls. 42/47, alegou, em suma, que: (i) *“Verifica-se que a ação foi distribuída de forma virtual em 26 de dezembro de 2006, porém só foi materializada em 20 de agosto de 2009, logo, não pode-se considerar o despacho constante na petição inicial, inserido pela própria Exequente, datada de 26 de dezembro de 2006 competente para interromper a prescrição”*; (ii) *“há mais de 6 (seis) anos não havia qualquer movimentação ou impulso por parte da Apelante, logo, não pode a mesma impor tal responsabilidade ao Poder Judiciário”*.

É o que importa relatar.

Desnecessária a intervenção ministerial, nos termos da Súmula 189 do STJ.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 15 de abril de 2013

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

61
18

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288754-3

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: Fernando Octávio da Rosa Borges de Oliveira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

No incidente de pré-executividade, o executado alegou a ocorrência da prescrição intercorrente, em virtude de a Procuradoria Municipal ter ficado com os autos paralisados por quase três anos, sem que fossem promovidos os atos processuais necessários ao seu regular processamento e, ainda, pela nulidade do despacho inicial, que interromperia a contagem do prazo prescricional, uma vez que exarado virtualmente em dia de recesso forense (26.12.2006).

Registro, de início, que os créditos tributários em exame foram constituídos, mediante lançamento de ofício, nos anos de 2003, 2004 e 2005 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2006.

Interposto o incidente em 11.01.2012, e apresentando a exeqüente impugnação em 06.03.2012, o Juiz *a quo* proferiu o ato sentencial reconhecendo a prescrição do crédito tributário, em 14.08.2012.

Pois bem.

Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Na hipótese dos autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 26.12.2006, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em 20.08.2009 (certidão às fls. 21), fazendo com que a execução ficasse paralisada por quase três anos.

Observo, por relevante, que o despacho ordinatório da citação foi exarado virtualmente em 26.12.2006, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005.

No entanto, tal despacho é nulo, posto que exarado em dia de feriado forense (art. 173 do CPC).



62

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Deveras, a Fazenda exeqüente detinha, por convênio, a faculdade de lançar, de modo virtual, mediante aposição da assinatura digitalizada do Juízo competente, o despacho inicial determinando a citação.

Mas não podia lançar mão da assinatura digitalizada do Juízo em dia no qual não havia expediente forense (ocasião em que também não poderia fazê-lo o próprio magistrado).

Logo, se o próprio magistrado não poderia atuar no dia 26.12.2006, muito menos poderia fazê-lo a Fazenda exeqüente, como se o convênio tivesse o condão de derogar as normas processuais civis de regência específica, para o fim de permitir à Fazenda a prática de atos processuais em dia de feriado forense.

Na hipótese, portanto, não se tem despacho inicial válido que pudesse interromper o fluxo do prazo prescricional, nos termos da LC 118/2005.

E, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ *na prática* levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, *desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor*.

No caso, a Fazenda Municipal é responsável pela demora verificada no período compreendido entre a distribuição e a materialização física dos autos junto à Vara competente, em 20.08.2009 (certidão às fls. 21), o que ensejou a paralisação da execução por quase três anos.

Nesse período, é fora de dúvida a responsabilidade exclusiva da Fazenda para com a demora na tramitação do feito.

Assim, decorrido o prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN, em decorrência de desídia imputável à Fazenda Pública, é de se reconhecer a prescrição dos créditos em tela.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a manter a prescrição decretada em primeiro grau.

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator